

A CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS E TEORIAS DA VERDADE E O LUGAR DA TEORIA DA CORRESPONDÊNCIA E DO PRAGMATISMO

Eduardo Simões¹

RESUMO

A proposta geral do presente artigo é a de verificar os vários projetos da verdade, nos quais se inserem as teorias da verdade, a fim de se estabelecer uma apresentação panorâmica dos mesmos. Entretanto, seu objetivo principal é o de chamar a atenção para o tema “teorias da verdade”, e para o problema intrínseco a elas, que é o da falta de unanimidade de respostas à pergunta “o que é a verdade”? Para tal, propôs-se uma apresentação panorâmica de tais teorias, incluídas em seus projetos, para, ao final, apresentar a teoria da verdade como correspondência e a questão do pragmatismo e verdade, como sendo aquelas teorias que compõem o lugar-comum das teorias da verdade na história da lógica – pela recorrência dos seus usos e pelas calorosas discussões em torno delas. Espera-se que o artigo sirva como uma boa introdução ao estudo e aprofundamento de um tema atual, que é a questão da verdade, numa época em que se expande e consolida a noção de pós-verdade.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias da Verdade. Teoria da Correspondência. Pragmatismo e verdade.

ABSTRACT

The general proposal of this article is to verify the various projects of truth, in which the theories of truth are inserted, in order to establish a panoramic presentation of them. However, its main objective is to draw attention to the theme of “truth theories”, and to the problem inherent in them, which is the unanimity of answers to the question “what is truth”? To this end, it was proposed a panoramic presentation of such theories, included in their projects, to, finally, present the theory of truth as correspondence and the question of pragmatism and truth, as those theories that make up the commonplace of theories of truth in the history of logic - by the recurrence of its uses and by the heated discussions about them. It is hoped that the article will serve as a good introduction to the study and deepening of a current theme, which is the question of truth, at a time when the notion of post truth is expanded and consolidated.

KEYWORDS: Theories of Truth. Correspondence Theory. Pragmatism and truth.

INTRODUÇÃO

Este artigo, que apresenta as “teorias da verdade” em seus respectivos projetos, não tem como objetivo analisar criticamente cada um dos diversos projetos, nem levantar

¹ Doutor em Filosofia e professor do Colegiado de Filosofia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Artigo recebido em 30/09/2019 e aceito em 16/11/2019.

quaisquer juízos de valor quanto às suas formulações. Não se propõe concordar, nem criticar e nem apresentar propostas às questões aqui levantadas. O que se pretende com ele é chamar a atenção para o fato de que existem teorias da verdade que são por si próprias problemáticas e que, muitas vezes, causam sérias dificuldades à filosofia e à lógica. E o que aqui é abordado por “problema da verdade”, diz respeito à multiplicidade de definições e conceitos sobre o mesmo tema, isto é, sobre a falta de unanimidade nas respostas à questão “o que é a verdade?”. Outras questões sobre o tema “verdade” também sugerem entendimento: a) se as teorias da verdade são concorrentes, existiria um critério de escolha de uma delas? b) Quais as razões para aceitar ou recusar uma teoria da verdade? c) Que preço se paga por escolher uma teoria em detrimento de outra?

O tema “teorias da verdade” parece não ter sido trabalhado até o presente momento com a devida atenção. Basta olhar na literatura filosófica para verificar quão pequeno é o número de publicações que tratam desta questão. Uma coisa é a formulação individualizada de teorias da verdade (isso foi feito durante toda história da filosofia por muitos pensadores), outra coisa, é a reunião, a análise e a discussão destas teorias em estudos específicos. Sobre esse aspecto, a publicação de trabalhos a respeito de teorias da verdade está aquém das expectativas de qualquer pesquisador.

Devido a esta restrição da literatura, a presente exposição será baseada na obra de Richard L. Kirkham: “*Teorias da verdade: Uma introdução crítica*” (2003). Trata-se de um trabalho amplo sobre o tema, porém, que reflete uma visão pessoal do autor quanto aos problemas ali tratados, sobre os quais será mantida uma postura estritamente descritiva. Foi sua forma de expor, analisar e organizar as mais variadas teorias o principal motivo para sua utilização².

1 PROJETOS DE TEORIAS DA VERDADE

Muitas são as respostas que vários filósofos têm dado à pergunta “o que é a verdade?”, no entanto, em nenhuma delas encontramos definitivamente encerrada a questão, isto é, não existe um conceito definitivo sobre o que seria tal “coisa”. E a complexidade do problema brota das respostas propostas às seguintes questões: O que é a verdade? O que significa para algo ser verdadeiro? O que significam os termos “verdade” e “falsidade”? Quais são as

² Em momentos distintos, Haack (2002) e Dutra (2001) também serão referenciados.

condições necessárias e suficientes para a verdade de uma asserção? Muitos dos projetos que nasceram do interesse em responder a tais questões parecem não ter sido satisfatórios em suas respostas que apareceram, muitas vezes, como vagas, ambíguas, confusas e contraditórias.

Richard L. Kirkham (2003) propõe uma organização de vários projetos, categorizando as teorias da verdade de acordo com sua ligação a um projeto específico e com um programa mais amplo; como também, inserindo-os nos contextos históricos particulares de cada discussão. Essa organização fornece uma visão geral das várias teorias e das escolas às quais elas pertencem, além de auxiliar na identificação dos vários projetos, das suas formas e fórmulas e das possíveis confusões de categorização que geralmente acontecem.

O principal caminho para o entendimento de uma teoria da verdade é categorizá-la: definir qual o projeto mais geral em que ela se enquadra (projeto metafísico, projeto da justificação ou projeto dos atos-de-fala), identificar seu projeto secundário (projeto extensional, intensional, naturalista, essencialista, etc.) e, finalmente, averiguar se pertence a uma escola teórica (teoria semântica, teoria da correspondência, pragmatismo, teoria coerentista...). Seguidos estes procedimentos o que resta, segundo Kirkham (2003), é entender como o filósofo conceitua verdade e contrapor, se for o caso, sua definição a outras definições sobre o mesmo conceito. Desse processo, alguns problemas surgem sobre os quais já se falou na introdução a este artigo: se as teorias da verdade são concorrentes, existiria um critério de escolha de uma teoria? Quais razões para se aceitar ou recusar uma teoria da verdade? E, que preço se pega pela escolha de uma teoria e não de outra? Assim, a proposta desse artigo será a de verificar os vários projetos em que se inserem tais teorias e estabelecer uma análise geral das mesmas.

As primeiras descrições a serem feitas, seguindo a taxonomia de Kirkham (2003), são as dos projetos *extensional* e *intensional (assertivo)* – a partir daí, fica mais fácil caracterizar os demais: *projeto essencial* e *projeto naturalista*.

Os conceitos de extensionalidade e intensionalidade surgem da filosofia da linguagem de Gottlob Frege. Em seu artigo *Sobre o Sentido e a Referência*, publicado pela primeira vez em 1892, desenvolve sua teoria sobre o sentido e a referência dos nomes próprios e das declarações assertivas completas³ (o mesmo que sentenças declarativas). Para Frege, a

³ Antes mesmo de qualquer juízo sobre a teoria fregeana, não se pode perder de vista que o seu interesse pela linguagem era fruto de sua tentativa de construir uma linguagem perfeita, projeto que procurou levar adiante através de sua *Conceitografia (Begriffsschrift)*.

linguagem natural apresenta ambiguidades que poderiam ser eliminadas numa linguagem artificial e objetiva. E com o objetivo de construir uma linguagem perfeita, elabora uma teoria onde propõe deixar de fora aquilo que não tem uma referência no mundo – “Um nome próprio, por exemplo, tem significado quando conseguimos alcançar, através do seu sentido, o objeto no mundo” (FREGE, 1892, p. 94). Ele distingue os conceitos de sentido e referência a partir do contexto da análise das proposições de identidade, de igualdade⁴. Proposições do tipo $a=a$ tratam da relação que um objeto tem consigo mesmo (são denominadas analíticas e são sempre verdadeiras), por exemplo: *a estrela da manhã é a estrela da manhã*. Já em $a=b$ a relação de igualdade é constituída entre dois sinais ou nomes diferentes que se referem a um mesmo objeto, por exemplo: *a estrela da manhã é a estrela da tarde*. Aqui os nomes “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde” possuem o mesmo referente (no caso, o planeta Vênus), porém, seus sentidos são distintos. Isso mostra que diferentes sentidos podem ter a mesma referência e que a igualdade de referência não pressupõe a igualdade de sentido. “Estrela da manhã e estrela da tarde são duas expressões com sentidos diferentes que remetem a um mesmo objeto” (FREGE, 1892, p. 61). Um problema surge, entretanto: Como ficaria o caso das sentenças que possuem sentido, mas não têm referência? O que dizer das sentenças que envolvem nomes fictícios? O que dizer do nome “Aquiles”, por exemplo, quando digo “Aquiles derrotou Heitor”? Para Frege é duvidoso que tais nomes tenham referente e, quando se trata de sentenças que contêm nomes fictícios, embora tais sentenças possam ter sentido este, nem sempre, assegura a referência.

É possível que uma sentença como um todo tenha tão-somente um sentido, mas nenhuma referência? De qualquer forma, poder-se-ia esperar que tais sentenças existam, do mesmo modo que há partes que possuem sentido, mas que não têm referência. E sentenças que contêm nomes próprios sem referência serão desta espécie. (FREGE, 1892, p. 68)

Com relação a sentenças que possuem sentido, mas não referência, Frege admite que isso constitui uma imperfeição que deve ser evitada numa linguagem científica – quando identificada tal imperfeição, o problema deve ser resolvido. E quanto à solução para o

⁴ Antes de prosseguir, faz-se necessário distinguir o tratamento que Frege dá à referência, em relação aos *nomes* próprios, daquele dado ao mesmo conceito, em relação às *sentenças* declarativas: no caso da referência do nome próprio, o mesmo se refere a um objeto singular, “e não mais que um”. Outra questão é que, “a designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou sinais”. Assim, “José”, “a capital de Minas Gerais”, “o autor do *Tractatus*”, também são exemplos de nomes próprios, desde que se *refiram* a apenas um objeto. Já no caso das sentenças declarativas, a referência consiste no seu valor verdade, no fato de serem verdadeiras ou falsas. As sentenças que tenham nomes próprios sem referente não podem ser verdadeiras nem falsas, visto que, nada pode ser predicado de alguma coisa que não existe.

problema da falta de referente em uma sentença declarativa, Pinto (1998, p. 98), recorrendo a Frege, aponta para a seguinte:

Para evitar a presença, numa linguagem logicamente perfeita, de descrições definidas dotadas de sentido, mas desprovida de significado, Frege propõe um mecanismo de filtro que funciona da seguinte maneira: não introduzir uma expressão na linguagem científica sem antes lhe assegurar um significado; se a expressão não tiver significado, é preciso atribuir-lhe um artificialmente. Por exemplo, o significado de ‘o atual Rei da França’ e expressões análogas pode ser o conjunto vazio.

O que Frege defende é que, no geral, “o nome próprio deve ter pelo menos um sentido” (FREGE, 1895, p. 116), para que ele não seja uma sequência vazia de sons, ilegitimamente chamada de nome. Agora, “para o uso científico, deve-se exigir que o nome próprio também tenha uma referência” (FREGE, 1895, p. 116), que designe ou nomeie um objeto. O nome próprio se relaciona mediante o sentido, e só mediante este, com o objeto. Nota-se que a sua abordagem é pautada na *objetividade*, ele não nega o caráter subjetivo da representação individual, porém, retira-a do campo da lógica e coloca-a como uma questão de interesse da psicologia. Fica claro também que o seu interesse era o “uso científico da linguagem”, e que a função do lógico é a clarificação conceitual para evitar os equívocos produzidos pela forma superficial da linguagem. No projeto da clarificação conceitual, as proposições de identidade foram seu ponto de partida. Foram elas que o levaram a separar o sentido e a referência dos nomes próprios e das sentenças declarativas, sendo o sentido das sentenças o próprio *pensamento* (aquilo que constitui o conteúdo de um juízo; o modo de apresentação) e a referência, o *valor de verdade*. Uma sentença declarativa completa expressa um pensamento e tem um valor de verdade.

A conclusão de Frege é a de que para determinar o valor cognitivo de uma sentença é importante tanto o sentido quanto a referência, ou seja, o pensamento e o valor verdade: “Se $a=b$, então realmente a referência de ‘b’ é a mesma que a de ‘a’ e, portanto, também o valor de ‘ $a=b$ ’ é o mesmo que de ‘ $a=a$ ’. Apesar disto, o sentido de ‘b’ pode diferir do de ‘a’ e, portanto, o pensamento expresso por ‘ $a=a$ ’; neste caso, as duas sentenças não têm o mesmo valor cognitivo” (FREGE, 1895, p. 116). Isso quer dizer que “a estrela da manhã” é igual “a estrela da tarde” em termos de referente (de *extensão*), referem-se ao planeta Vênus, porém, não significa que tenham o mesmo sentido (mesma *intensão*⁵). Apesar de denominar o

⁵ Nota-se que aqui a palavra “intensão” não está em desacordo com a língua portuguesa, visto que não quer significar o mesmo que “intenção”, isto é, “propósito”, “plano”. Trata-se de um termo lógico cuja conotação não é outra que não “sentido”, na acepção de Frege.

mesmo objeto, em termos de significação, querem dizer coisas absolutamente diferentes. Um bom exemplo disto é dado por Kirkham (2003, p. 23):

A intensão de ‘a estrela da manhã’ pode ser dita ‘a estrela visível ao alvorecer’, enquanto a intensão de ‘a estrela da tarde’ é ‘a estrela visível ao pôr-do-sol’⁶. Mas ser visível ao alvorecer não é a mesma coisa que ser visível ao pôr-do-sol, portanto, embora ‘a estrela da manhã’ e ‘a estrela da tarde’ sejam extensionalmente equivalentes, não são intensionalmente equivalentes. Elas carregam informações diferentes. E como a intensão é um componente do significado, as duas expressões não significam a mesma coisa, a despeito do fato de que ambas nomeiam o mesmo planeta. Encaixar termos-chave numa oração pode tornar as diferenças óbvias. ‘Ele acordou com a estrela da manhã’ significa algo muito diferente do que ‘ele acordou com a estrela da tarde’. A primeira sugere que ele é alguém que acorda cedo, a outra implica que ele dorme até tarde.

Percebe-se que a *intensão* está relacionada ao *sentido* de uma expressão (pode ser também denominada de *conotação*) e a *extensão* está relacionada à *referência* (também conhecida como *denotação*). E é a partir dessas categorizações que se pode determinar o significado do que anteriormente foi chamado de *projeto intensional* (*assertivo*) e *projeto extensional*: trata-se de dois projetos da verdade que se caracterizam, respectivamente, I) pela preocupação com o *sentido* da asserção e II) com sua *referência* objetiva.

Quanto à noção de verdade intrínseca ao *projeto extensional*, como foi dito, está na referência ou extensão de uma sentença declarativa, no fato dela possuir valor de verdade, de ser verdadeira ou falsa. Completa-se com a afirmação de que a extensão de um *predicado* é o conjunto de todos os objetos aos quais o predicado *verdadeiramente* se aplica; caso não existam objetos como referentes, a sentença não diz nada a respeito do mundo, logo, é falsa. Mas, numa linguagem científica é necessário que a extensão do predicado se refira aos objetos do mundo. A extensão de “brasileiros naturalizados”, por exemplo, é o conjunto de todos os brasileiros naturalizados. A extensão de “lógicos contemporâneos” é o conjunto de todos os lógicos contemporâneos. E a extensão do predicado “verdadeiro”? Responder que é o conjunto de todas as sentenças verdadeiras, dado o grande número de possibilidades que podem constituir essa resposta, torna-a pouco informativa e também circular. E é a tentativa de produzir uma descrição não circular do conjunto de todas as coisas verdadeiras (a extensão do predicado “verdadeiro”), que é chamada de *projeto extensional*. “Este é pensado

⁶ A intensão de “estrela da manhã” não é “o planeta visível ao alvorecer”. “Estrela da manhã” não contém a informação de que o objeto em questão é na verdade um planeta. Essa informação foi uma descoberta empírica feita depois de a estrela da manhã ter sido nomeada.

como a busca por uma expressão extensionalmente equivalente ao predicado ‘é verdadeiro’” (KIRKHAM, 2003, p. 19).

Já o *projeto assertivo (intensional)*, antes de se preocupar com a *extensão*, com o referente, preocupa-se com o conteúdo informativo da expressão, com o seu sentido. Em muitos casos pode-se averiguar a igualdade de intensão entre duas expressões: um exemplo clássico é “solteiro” e “homem não casado”, essas duas expressões, iguais em seu sentido, em sua intensão, formam uma *equivalência intensional*. E como se pode perceber, expressões como essas também se caracterizam como *equivalência extensional*, tem o mesmo referente (o conjunto de homens não casados é idêntico ao conjunto de homens solteiros). Assim, temos uma regra universal: “se dois termos são intensionalmente equivalentes, então eles são também extensionalmente equivalentes” (KIRKHAM, 2003, p. 24). O contrário, como já visto, não é o caso. Isso por que, possuir o mesmo referente não pressupõe possuir o mesmo sentido – é só retornar ao caso das sentenças “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde”, elas são extensionalmente equivalentes e, no entanto, não são intensionalmente equivalentes. No caso da sentença “a estrela da manhã é a estrela da manhã”, a equivalência de intensão pressupõe a de extensão.

A busca pelo sentido das expressões nos contextos nos quais elas surgem enquadra-se no que categoricamente denomina-se *projeto assertivo*, “que se traduz pela tentativa de encontrar uma expressão intensionalmente equivalente a (quer dizer, sinônima de) ‘é verdadeiro’” (KIRKHAM, 2003, p. 25). De termos intensionalmente equivalentes, pode-se deduzir uma conexão lógica mais forte entre sentenças, o que não seria possível caso esses mesmos termos fossem extensionalmente equivalentes. A conexão lógica mais forte pode ser chamada de *implicação essencial* e é expressa colocando-se a palavra “necessariamente” antes da asserção da implicação material (KIRKHAM, 2003, pp. 29-30). Vejamos um exemplo do próprio Kirkham (p. 29) quando utiliza as sentenças “John tem coração” e “John possui um órgão de bombear sangue”; assim, as seguintes proposições são verdadeiras:

Necessariamente (John tem coração → John possui um órgão de bombear sangue)

Necessariamente (John possui um órgão de bombear sangue → John tem coração)

Essas duas geram:

Necessariamente (John tem coração ≡ John possui um órgão de bombear sangue)

A relação afirmada no último exemplo é denominada por Kirkham (p.30) de *equivalência material*. O entendimento dessa dá-se de forma mais clara a partir do entendimento da palavra “necessariamente”, e essa é melhor entendida com o auxílio do conceito de *mundo possível*.

O que é um mundo possível? É uma entidade hipotética que permite falar sobre, e estudar, os vários aspectos em que o universo poderia ter sido diferente. Paralelo a cada aspecto ou combinação de aspectos no mundo real, existe outro aspecto que em um mundo possível poderia ter sido diferente. Exemplos: existe um mundo possível no qual não se fala em filosofia. Um mundo possível em que prótons, nêutrons e elétrons não têm nenhuma relação com o átomo. Um mundo possível no qual teria ocorrido a terceira guerra mundial. Essas são algumas maneiras de como o nosso mundo poderia ter sido diferente, por isso, mundo possível. Contudo, não existe mundo possível no qual ocorra algo logicamente impossível: impossível ou ilógico é o que não existe nem no mundo real e nem em nenhum mundo possível – “evento necessário” ou “coisa necessária” ocorre em todos os mundos possíveis.

Entenda-se, então, o significado de “necessariamente” (KIRKHAM, 2003, p. 29-30): embora John tem coração \equiv John tem fígado seja uma verdade no mundo real, isso pode não ser uma verdade em outros mundos possíveis. Em algum mundo, ter fígado pode não ser condição necessária para ter coração. Mas, dizer que John tem coração é dizer que ele, necessariamente, tem um órgão de bombear sangue, porque o coração é justamente um órgão de bombear sangue. Isso significa que em *todos os mundos possíveis*, inclusive no mundo real, o conjunto de coisas que naquele mundo “tem coração” é idêntico ao conjunto de coisas que “tem órgão de bombear sangue”. A palavra *necessariamente* pode, então, ser traduzida como “em todos os mundos possíveis”. E o projeto que “tenta encontrar condições que, em qualquer *mundo possível*, sejam individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para uma afirmação ser verdadeira é chamado de *projeto essencial*” (KIRKHAM, 2003, p. 30).

Esses projetos que se aplicam a mundos – para criaturas do nosso mundo, para criaturas de qualquer mundo possível – podem ser estendidos a subconjuntos de mundos. É o caso do subconjunto dos mundos *naturalmente possíveis*. Esse é caracterizado por ter todas e somente as mesmas leis que o nosso mundo tem. É o conjunto dos mundos onde as leis naturais não são violadas (por exemplo: nesses mundos não é possível que o cobre flutue

entre as coisas sem ter peso). Objetos ou eventos naturalmente possíveis são aqueles que existem ou acontecem em pelo menos um mundo naturalmente possível, enquanto objetos ou eventos naturalmente necessários são aqueles que existem ou ocorrem em todos os mundos naturalmente necessários. Então, pode-se chamar de *projeto naturalista* aquele que “tenta encontrar condições que, em todo mundo naturalmente possível, sejam individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para uma afirmação ser verdadeira em tal mundo” (KIRKHAM, 2003, p. 32).

Até aqui foram vistos quatro projetos da verdade: o *projeto extensional* (que se ocupa do *referente* das sentenças), o *projeto assertivo* (que se ocupa do *sentido* das sentenças), o *projeto essencial* (que se ocupa de encontrar condições *necessárias e suficientes* para que em qualquer *mundo possível* uma sentença seja verdadeira) e o *projeto naturalista* (que se ocupa das condições necessárias e suficientes para que em todos os mundos *naturalmente possíveis* uma sentença seja verdadeira). Além desses projetos, pode-se citar também o *projeto do ato ilocucionário* e as subdivisões do *projeto assertivo* (*projeto da atribuição e projeto da estrutura profunda*), que não foram explicitados em virtude das regras inerentes à extensão desse artigo. É importante salientar, entretanto, que todos esses projetos não são mais que subdivisões de projetos mais amplos, no caso, do *Projeto Metafísico*, do *Projeto da Justificação* e dos *Atos-de-fala*.

O uso que se faz do termo “projeto metafísico” é um modo genérico de se referir aos projetos *extensional*, *essencialista* e *naturalista*. São projetos que têm por característica buscar o que significa para uma afirmação ser verdadeira, em outras palavras, tenta identificar em que consiste a verdade ou descobrir as condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para a verdade.

Já os filósofos que seguem o “projeto da justificação” estão empenhados em descobrir que tipo de evidência ou garantia pode ser usada para determinar se uma proposição é ou não *provavelmente* verdadeira. Geralmente, tentam encontrar característica que todos os tipos de evidências têm em comum e usam-na para construir uma teoria geral da justificação que valha para todas as proposições. Pensam em um critério prático de verdade que, embora possa não estar entre as condições necessárias e suficientes para a verdade, correlacione-se bem com a verdade e cuja posse ou não por parte de uma dada proposição possa ser determinada com *relativa* facilidade.

Deveria ficar claro que teorias da justificação não são realmente teorias da verdade. Pelo menos, é muito enganoso chamá-las de teorias da verdade. Elas não

são sobre a verdade. Elas são sobre a justificação. Elas não analisam ‘verdade’, ‘verdadeiro’ ou ‘é verdadeiro’ em nenhum sentido. Elas também não estabelecem as condições necessárias e suficientes para a verdade e nem dão o significado de ‘verdade’. Elas fornecem uma condição suficiente (ou um conjunto de condições conjuntamente suficientes) para justificarmos nossa crença numa proposição. (KIRKHAM, 2003, p. 39)

Em suma, esse projeto tenta identificar algumas características possuídas pela maior parte das afirmações verdadeiras e não pela maior parte das afirmações falsas em relação às quais a provável verdade ou falsidade de uma afirmação pode ser julgada. Está preocupado em fornecer um critério que se possa realmente usar; e quando as palavras de um filósofo indicam que é um critério prático que ele tem em mente, pode-se tomar isso como uma pista de que está seguindo o projeto da justificação.

Quanto ao “projeto dos atos-de-fala” que inclui o “projeto do ato ilocucionário” e o “projeto assertivo” (que, por sua vez, subdivide-se em “projeto atributivo” e “projeto da estrutura profunda”), esse tenta descrever os propósitos locucionários e ilocucionários de declarações que, pela sua aparência gramatical, parecem atribuir a propriedade da verdade a algumas afirmações (ou crenças etc.), por exemplo, declarações como “a sentença *s* é verdadeira”.

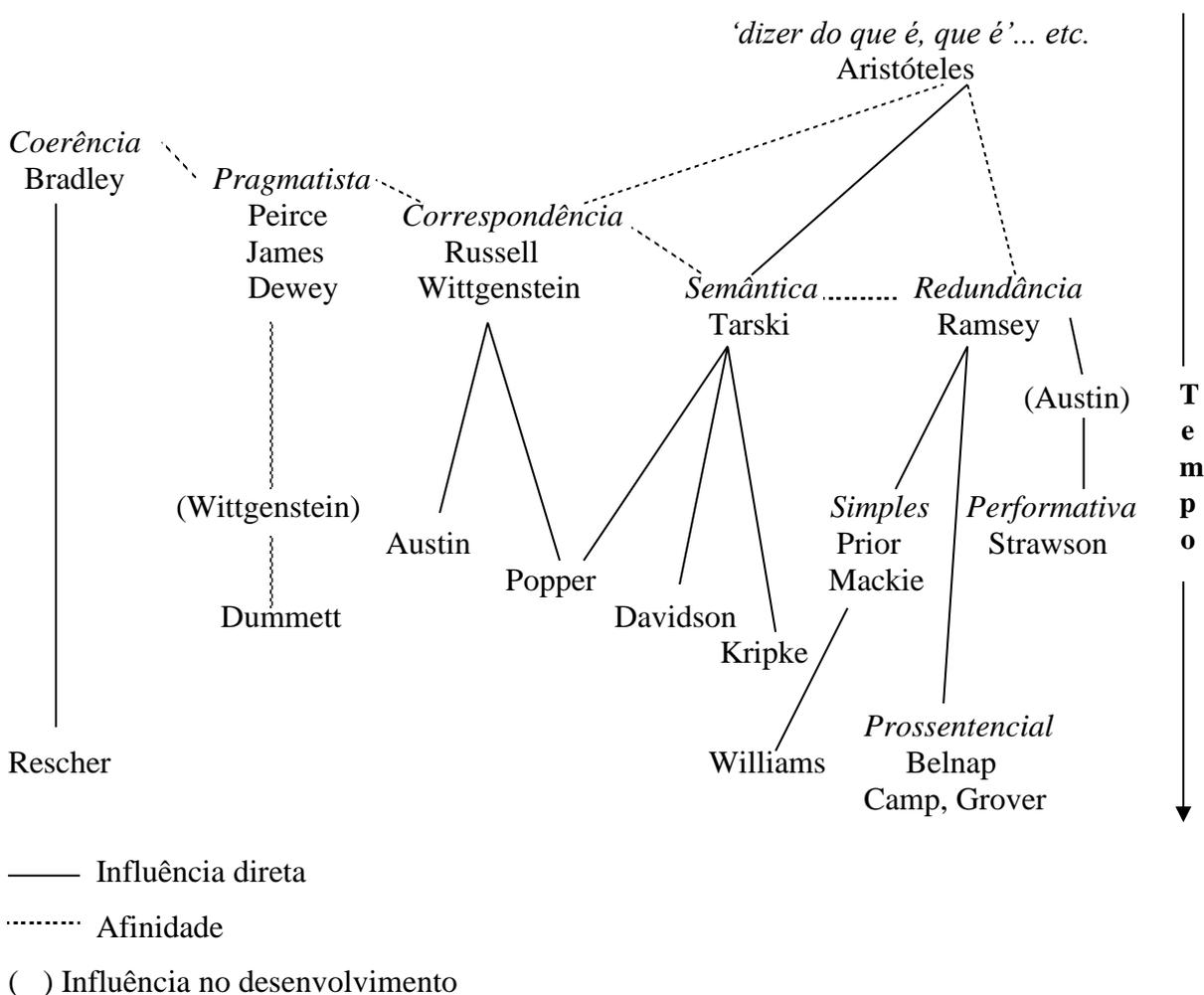
A esses vários projetos da verdade estão vinculadas as várias teorias da verdade. Só para especificar: ao *projeto extensional*, vincula-se a teoria semântica (Alfred Tarski e Saul Kripke); ao *essencial*: o instrumentalismo (William James), o pragmatismo (C. S. Pierce), a teoria da correspondência (B. Russell, J. L. Austin, L. Wittgenstein), a teoria coerentista (Brand Blanshard) e a teoria minimalista (Paul Horwich); ao *projeto da justificação*, a teoria coerentista (F. H. Bradley) e de outros, já distribuídos em outras teorias.

Levando em consideração a dificuldade de classificar um filósofo numa discussão específica dentro de um dos projetos relacionados (a maioria das vezes eles não deixam claro qual projeto estão seguindo), o que se pode fazer é colher pistas, organizá-las, interpretá-las, para só depois associá-lo a qualquer projeto. O ponto de partida é analisar como cada filósofo responde às seguintes questões: “o que deve fazer uma teoria da verdade?”, “que problemas ela deve resolver?”, “a que questões deve responder uma teoria da verdade?”. No cumprimento dessa etapa, faz-se necessário juntar as pistas deixadas por cada um, para somente depois classificá-los nos respectivos projetos. Há alguns itens que são importantes serem observados nesse processo: se o filósofo deixar a entender que procura um critério *prático*, pode ser que esteja seguindo o *projeto da justificação*; se tende a descrever seu projeto como uma busca por uma *análise do conceito de verdade* ou por uma *definição de*

verdade, é uma boa pista entendê-lo como seguindo o *projeto metafísico*; se tenta explicar o que se diz ao fazer declarações do tipo “o teorema de Pitágoras é verdadeiro” ele pode ser entendido como aqueles que se enquadram ao *Projeto Assertivo*. Entretanto, existem duas teorias que costumam ser consideradas como lugar-comum na história das teorias da verdade, isso pela recorrência dos seus usos e pelas calorosas discussões em torno delas. Em virtude disso, e dado às restrições de espaço desse veículo, trataremos mais retidamente delas. Tratam-se de duas teorias pertencentes ao *projeto essencial* (que é uma subdivisão do “projeto metafísico”), a saber, a *teoria da correspondência* e o *pragmatismo*.

1.1 A TEORIA DA CORRESPONDÊNCIA

Susan Haack, em *Filosofia das Lógicas* (2002, p. 128), faz o seguinte quadro organizativo das Teorias da Verdade:



No tocante, primeiramente, à teoria da correspondência, através do fluxograma e de sua legenda, verifica-se que o pensamento de Wittgenstein (em sua primeira fase) é influenciado diretamente pela teoria da correspondência de Russell que influencia, também, a teoria da correspondência de Austin e a teoria da correspondência e verossimilhança de Popper; logo, quatro autores tratam do mesmo problema. Pode-se falar, então, de quatro teorias da correspondência? A resposta é negativa. No que diz respeito a Wittgenstein e a questão da correspondência, sua concepção segue os mesmos princípios de Russell, enquanto trata de correspondência como congruência⁷; Popper, aliado a uma concepção semântica, chama sua teoria de correspondência como verossimilhança, semelhante à verdade, provável; Austin trata da correspondência como correlação. Portanto, três projetos distintos e que tratam da correspondência.

A teoria da correspondência como correlação, em sentido estrito, diz que todo *portador de verdade* (sentença, proposição, etc.) está *correlacionado* com um estado de coisas. Não alega que ele reflete, ou retrata, ou é isomorfo ao estado de coisas. Dizer que existe algo de natural, de espontâneo, figurativo entre enunciados e fatos não é natural para a correlação. Ela é, antes de tudo, o resultado de convenções linguísticas, que são resultado do desenvolvimento histórico da linguagem. “A versão de Austin não se apoia nem em uma metafísica atomista, nem em uma linguagem ideal. A relação de correspondência é explicada não em termos de um isomorfismo estrutural entre proposição e fato, mas em termos de relações puramente convencionais entre as palavras e o mundo” (HAACK, 2002, p. 135).

Austin escolhe como portadores de verdade os enunciados em detrimento das crenças, das proposições e das sentenças, e a verdade dos enunciados respeita duas ordens de convenções: as convenções descritivas e as demonstrativas. As convenções descritivas correlacionam enunciados com tipos de situações encontrados no mundo e as convenções demonstrativas correlacionam enunciados com situações históricas, também encontradas no mundo. E quando o enunciado é verdadeiro? Diz Austin (1979, p. 122) que o enunciado é verdadeiro: “Quando o estado de coisas histórico (ou efetivo) com o qual ele é correlacionado pelas convenções demonstrativas (aquele estado de coisas ao qual o enunciado se refere) é de um tipo com o qual a sentença utilizada para fazê-lo está correlacionada pelas convenções descritivas”.

⁷ No entanto, é bom lembrar que o primeiro Wittgenstein é um filósofo transcendental, enquanto Russell é um empirista convicto.

Luiz Henrique de A. Dutra em seu livro “*Verdade e Investigação: O Problema da Verdade na Teoria do Conhecimento*” dá o seguinte exemplo:

Suponhamos que um falante diga: “estou com fome”. Ora, as convenções descritivas correlacionam a sentença empregada com **situações** nas quais alguém está com fome, e as convenções demonstrativas correlacionam o enunciado que emprega tal sentença com uma **circunstância específica** em que um falante está com fome. Ao empregar a sentença nesta circunstância apropriada, o enunciado respeita ambos os tipos de convenções e, assim, ele é verdadeiro (...). Ele será **falso**, obviamente, se desrespeitar essas condições. (DUTRA, 2001, p. 28)

No entanto, parece que assim todos os enunciados poderiam ser verdadeiros. Veja-se bem, se se diz “fulano está com fome” para fazer a afirmação de que alguém está com fome, tal afirmação está correlacionada por convenções demonstrativas com uma circunstância específica. Que circunstância? Inclinamos a responder que é a circunstância de um fulano estar com fome. Mas, se identificarmos a circunstância com uma afirmação e procurarmos ver que tipo de circunstância é descrita pelo enunciado utilizado para fazer tal afirmação, concluiremos que todas as afirmações serão realmente verdadeiras. Sempre será pensado na possibilidade da ocorrência de uma circunstância específica que justificará aquele fato. Mas, o enunciado tem que ser verdadeiro ou falso. Dizer que “fulano está com fome” deve pressupor sua falsidade, a de que “fulano não está com fome” – uma delas tem que ser falsa! A saída encontrada por Austin foi a de que a circunstância (ou o estado de coisas) referida pelos enunciados “fulano está com fome”, ou mesmo, “fulano não está com fome” é a circunstância do momento, do aqui e agora, onde falante e ouvinte se encontram juntamente com um fulano que está com fome. Já que somente os estados de coisas reais ou efetivos podem ser correlacionados com enunciados pelas convenções demonstrativas, poder-se-ia levantar várias objeções à teoria da correspondência como correlação de Austin, como as seguintes: e os enunciados que não são feitos por um indivíduo em relação a uma circunstância presente, a noção de verdade como correlação permite dar conta deles? E quanto aos enunciados gerais (particulares e universais) como “Júlio César era calvo” ou “todas as mulas são estéreis” (HAACK, 2002, p. 136), que tratam de estados de coisas não dados, o que seriam deles? E sobre enunciados acerca do passado e do futuro, o que seria feito deles se não são dados ou acessíveis a nós, descartaríamos? Austin está ciente desses problemas, mas não os discute de forma conveniente, limitando-se a dizer que o problema com tais enunciados é o *significado*, e não a *verdade*: “de fato não sabemos dizer se, por exemplo, um enunciado universal é verdadeiro porque não sabemos o que tal enunciado quer

dizer, o que ele significa” (AUSTIN, 1979, p. 122). O que interessa ter em mente neste momento é que, enquanto a teoria da correspondência como correlação fica no campo das convenções, a teoria da correspondência como congruência depende de um isomorfismo entre o portador de verdade e os fatos. As proposições isomorficamente verdadeiras são aquelas que *correspondem* aos fatos do mundo.

Quanto à teoria da correspondência de Bertrand Russell, este adota a teoria da correspondência como congruência. Sua noção de correspondência que vem da geometria e está ligada à ideia de que duas figuras geométricas se ajustam perfeitamente. Para ele, analogamente às relações geométricas, a relação entre proposições e fatos é a de que a verdade resulta de um ajuste perfeito (como no caso das figuras) entre uma proposição e o fato que a torna verdadeira. Em *The Problems of Philosophy* (1912, p. 128-129) Russell aborda o tema verdade e apresenta ali uma definição correspondencial de verdade:

Assim, uma crença é verdadeira quando corresponde a um certo complexo associado, e falsa quando não corresponde. Para ser mais preciso, suponho que os objetos da crença são dois termos e uma relação, sendo os termos colocados em determinada ordem pelo ‘sentido’ do ato de crer, então, se os dois termos naquela ordem estão unidos pela relação em um complexo, a crença é verdadeira; se não é falsa⁸.

O exemplo dado por ele é a crença de Otelo de que Desdêmona ama Cássio. Russell está dizendo que a verdade envolve uma congruência entre duas relações complexas. A primeira é a relação de quatro termos da crença que liga Otelo, Desdêmona, Cássio e amar. A segunda é a relação de três termos chamada “um fato”, a qual envolve Desdêmona, Cássio e amar. Onde os dois termos (Desdêmona e Cássio) se unem pela relação cujo *sentido* é “Desdêmona amar Cássio”. A relação de crença é, na verdade, quadridimensional: envolve o *sujeito* que tem a crença, os *dois termos* de objetos (o sujeito e o objeto da sentença) e a *relação entre os objetos*. E, como se desenvolve sua teoria? Para ele, uma teoria adequada sobre a noção de verdade deve nos permitir saber em quais circunstâncias o que dizemos do mundo é o caso, e deve admitir a falsidade como seu oposto. Tanto verdade como falsidade devem ser compreendidas como propriedades de crenças ou enunciados e são propriedades que dependem de algo que se situa fora da própria crença. Mas, ao afirmar a dependência de

⁸ Vale observar que nesse texto, que ainda não representa o atomismo maduro de Russell, ele toma a crença e não a proposição como portador de verdade, fato que será alterado nos textos subsequentes, quando ele optará pelas proposições como portadoras de verdade e não mais as crenças (vistas como nossos juízos sobre o mundo), pois, segundo o autor, isso será mais apropriado para as finalidades da Lógica, embora não para aquelas da Teoria do Conhecimento.

um fator externo, admite-se que pode haver falhas, daí a verdade ter como dependência mútua a falsidade.

Em termos gerais, a caracterização simbólica da teoria de Russell organiza-se assim:

- a) Utiliza-se o quantificador existencial, “ (\exists) ”;
- b) Utiliza-se o símbolo de identidade “=”;
- c) Faz-se uso de variáveis que se referem aos termos do objeto: “ x ” e “ y ”;
- d) Utiliza-se uma variável para simbolizar as relações entre os objetos: “ R ”;
- e) O “ c ” se refere às crenças e o “ C ” aos crentes.

No exemplo anterior (a crença de Otelo de que Desdêmona ama Cássio), a sintaxe formal da afirmação seguiria o seguinte trajeto: para indicar que o objeto “ x ” tem uma relação “ R ” com o objeto “ y ”, escreve-se, “ xRy ”. A crença, para Russell, é uma relação que inclui também aquele que acredita; a designação dela terá que incluir o símbolo que designa a pessoa que a possui, tanto quanto os símbolos designando os termos do objeto e a relação entre os objetos. Não é preciso de nenhum símbolo especial para afirmar a direção de um fato, já que a lógica tem uma sintaxe ordenada de palavras, isto é, na simbolização os símbolos fluirão espontaneamente em uma ordem lógica.

Interpretada como integrante do *projeto essencialista*, assim se traduziria a teoria de Russell: “para alguma crença c , c é verdadeira se necessariamente existir algum C que nela acredite, os objetos x e y , e a relação R , tal que c é a crença possuída por C de que x tem a relação R com y e x tem a relação R com y ” (KIRKHAM, 2003, p. 177). Se existe uma relação de três termos e sua direção for a mesma da relação de quatro termos da crença de Otelo, então a crença é verdadeira. Se não há uma relação de três termos com os mesmos termos e a mesma direção, então a crença é falsa. Em outras palavras, se no mundo Desdêmona realmente ama Cássio, então a crença de Otelo de que ela ama é verdadeira.

Para Russell uma identidade de estrutura é postulada como válida não entre qualquer linguagem existente e a estrutura metafísica básica do mundo, mas somente entre uma “linguagem logicamente perfeita” e essa estrutura. A hipótese formulada é de que, quando se cria tal linguagem ou se adquire pelo menos uma ideia sumária do que essa linguagem poderia ser, estar-se apto a tirar várias conclusões sobre os tipos de fatos de que a realidade é feita e a estrutura de cada um desses fatos. E ele afirma que “(...) num simbolismo logicamente correto haverá sempre certa *identidade fundamental de estrutura entre um fato e o seu símbolo respectivo*; e (...) a complexidade do símbolo corresponde *intimamente* à

complexidade dos fatos por ele simbolizados” (RUSSELL, 1918, p. 197 – grifos nossos). No isomorfismo entre linguagem e mundo, o que as proposições fazem, diz Russell, antecipando uma ideia a ser defendida no *Tractatus* de Wittgenstein, é espelhar a estrutura dos fatos. A complexidade do mundo está espelhada na complexidade da proposição. Está expressa aí a ideia de congruência entre as proposições e os fatos.

Vale lembrar que o texto ora analisado (1918) representa a fase do atomismo lógico maduro de Russell, assim chamado porque, diferentemente do tempo de seu atomismo prematuro (1912)⁹, ele opta pelas proposições como portadores de verdade e não mais as crenças, dado que, para ele, isso é mais apropriado para as finalidades da lógica, e não para as finalidades da epistemologia. A proposição é uma sentença no modo indicativo, isto é, uma sentença que afirma (ou nega) alguma coisa. E com relação à análise lógica da proposição, sustenta que o pensamento e o discurso são analisáveis em proposições elementares, que representam diretamente estados de coisas – complexos constituídos por relações em que os termos lógicos “não”, “e”, “ou” e “se” representam. A verdade ou falsidade das proposições complexas resulta do modo como verdade e falsidade se encontram distribuídas entre os componentes elementares. Algumas proposições são verdadeiras qualquer que seja o valor de verdade dos seus componentes elementares e constituem as verdades da lógica e da matemática.

A partir das observações feitas por Russell, pode-se perceber que ele estava propondo uma teoria da verdade e não uma teoria da justificação. Sua teoria caracteriza-se pela preocupação em propor uma *definição para o predicado “verdadeiro”*, e não em fornecer um *critério de verdade* (uma prova para a verdade)¹⁰. Em seu projeto sustenta que a linguagem comum oculta o verdadeiro conteúdo lógico das proposições complexas, que só poderá tornar-se claro mediante o tipo de redução analítica, em uma linguagem ideal – somente tal linguagem poderia representar o mundo tal como ele realmente é.

A Teoria da Figuração de Wittgenstein funda-se quase que em sua inteireza na Teoria da Correspondência de Russell. Questões como a forma lógica, a análise das proposições complexas em proposições elementares, a correspondência, a busca pela linguagem ideal,

⁹ Daquele em que a analisava da crença de Otelo de que Desdêmona ama Cássio.

¹⁰ Existem duas coisas que tem que ser observadas diante de uma teoria da verdade: (I) se a teoria está dando uma definição de verdade ou (II) se ela está buscando por um critério de verdade. Definir verdade significa dar o significado da palavra “verdadeiro”, enquanto, buscar um critério de verdade significa encontrar um “teste”, epistemologicamente rico, por meio do qual se diz se uma sentença é verdadeira ou falsa. Segundo Haack (2002, p. 131), as teorias da verdade que tomam a dimensão epistemológica mais séria, seriam as teorias da coerência e as pragmatistas, enquanto, a teoria semântica e a teoria da correspondência não carregam sobre si esta responsabilidade, sua preocupação é definir o significado do predicado “verdadeiro”.

reaparecem na teoria de Wittgenstein. Outras questões, como é o caso de os conectivos lógicos representarem, desaparecem de vez da teoria wittgensteiniana. Caberia uma análise para constatar o que realmente muda e em que o pensamento de Wittgenstein avança em relação ao projeto de Russell, o que não será possível fazê-lo aqui¹¹. Pretende-se, entretanto, reiterar que a diferença mais significativa entre essas duas teorias está no fato da postura assumida por cada um desses filósofos: de um lado Bertrand Russell e sua convicção empirista e do outro lado, o primeiro Wittgenstein e seu transcendentalismo, estas posturas deixaram profundas marcas em suas filosofias.

1.2 PRAGMATISMO E VERDADE

Segundo Haack (2002, p. 140-142) Pierce, James e Dewey oferecem explicações caracteristicamente “pragmáticas” da verdade, que combinam com elementos de coerência e de correspondência. Por pragmatismo entende-se a concepção de acordo com a qual “o significado de um conjunto deve ser dado pela referência às consequências ‘práticas’ ou ‘experimentais’ de sua aplicação” (HAACK, 2002, p. 104), ou então, que as ideias são instrumentos de ação que só valem se produzem efeitos práticos. Para os pragmatistas, o importante é o critério, isto é, critério no sentido de perceber como as pessoas utilizam verdade e verdadeiro, aplicando-os como expressão de valor de uma sentença.

Para Pierce, por exemplo, uma proposição verdadeira é uma proposição com a qual todos concordariam se cada um tivesse um número suficiente de experiências relevantes com relação a ela, e as únicas proposições com as quais todos concordariam seriam aquelas que refletem de forma acurada a realidade. Portanto, “é verdadeiro” é equivalente a “reflete a realidade objetiva de forma acurada”. E o único método que poderia estabelecer o consenso entre as pessoas seria o método científico – entendendo por científico ou experimental o procedimento que não recorre ao método da autoridade e nem ao método *a priori*:

Pois o método científico, argumenta Pierce, é o único entre os métodos de investigação a ser condicionado por uma realidade que é independente do que qualquer um acredita, e é por isso que ele pode levar ao consenso. Portanto, já que a verdade é a opinião na qual o método científico vai eventualmente se assentar, e uma vez que o método científico é condicionado pela realidade, a verdade é correspondência com a realidade. Segue-se também que a verdade é satisfatória

¹¹ Para uma indicação vide:

SIMÕES, Eduardo. *Sentido e Verdade no Tractatus de L. Wittgenstein*. Disponível em: https://www.academia.edu/10768039/Sentido_e_Verdade_no_Tractatus_de_L._Wittgenstein

para a crença no sentido de que ela é estável, livre da perturbação da dúvida. (HAACK, 2002, p. 141)

Outro pragmatista que deve ser levado em consideração é William James. Em *Pragmatism* (1907, p. 45-46), explica o que para ele deve ser entendido por “pragmatismo”:

O método pragmático consiste no estudo das várias doutrinas do ponto de vista das consequências práticas. Que diferença haveria, na prática, se fosse verdadeira esta doutrina e não outra? Se não for possível encontrar nenhuma diferença prática, então as doutrinas, na realidade, têm a mesma importância, e qualquer discussão sobre elas se torna supérflua. Quando uma discussão é séria, deveríamos ser capazes de mostrar as diferenças práticas que devem provir do fato de uma alternativa ser verdadeira ou falsa. A função da filosofia consiste em determinar se a aceitação deste ou daquele sistema como verdadeiro implica uma diferença em relação a mim ou a ti num momento particular da nossa existência.

Por mais que esse comentário pareça ter uma conotação de total tranquilidade para decidir o que é verdadeiro para “mim” ou para “ti” em um momento particular, deixando transparecer um *laissez-faire* (motivo pelo qual James recebeu várias críticas), James corrige-se dizendo que não foi essa sua intenção. Define que as crenças verdadeiras são, na verdade, aquelas verificáveis, isto é, aquelas que são, com o passar do tempo, confirmadas pela experiência. E quanto às críticas recebidas pelo “mau uso” dos termos “pragmático” e “prático” são respondidas da seguinte forma:

Como o termo ‘prático’ entende-se muitas vezes aquilo que é distintamente concreto, individual, particular e eficiente, em oposição ao que é abstrato, geral, inerte. Era precisamente neste sentido que eu usava o termo quando insistia no caráter prático da verdade. *Prágmata* são as coisas na sua pluralidade; e na minha primeira conferência na Califórnia, quando defini o pragmatismo como uma doutrina segundo a qual ‘o significado de qualquer proposição pode ser sempre reduzido a uma consequência particular em nossa experiência prática futura, ativa ou passiva’, acrescentei expressamente estas palavras: ‘o que é importante é que a experiência é particular, além de ativa’. (JAMES, 1909, p. 209-210)

Os motivos que levaram James a definir o método pragmático como critério de verdade foi a intenção prática, não teórica, especulativa, das pesquisas científicas: os homens querem servir-se delas¹². E a verificação das teorias científicas consiste essencialmente no estudo da sua relação com as atividades humanas, com as necessidades da vida. Aceitam-se como verdadeiras aquelas que mais contribuem para o bem-estar do homem.

¹² É por isso que o pragmatismo de James é um tipo de instrumentalismo, isto é, as teorias científicas são como instrumentos que utilizados para prever acontecimentos futuros. John Dewey não separa instrumentalismo de pragmatismo, para ele ambas doutrinas tratam as teorias como ferramentas para produzir consequências.

No caso de Dewey, crenças estáveis são aquelas que possuem “assertibilidade garantida”, que seria a expressão preferida por ele ao termo “verdade”. São aquelas às quais se confere o título de conhecimento. “É a partir dessas noções gerais que James pode, também, identificar verdade com a utilidade, expressando uma concepção instrumentalista, portanto, baseada na confiabilidade instrumental dos sistemas estáveis de crença” (DUTRA, 2001, p. 63).

Como visto no fluxograma das teorias da verdade organizado por Haack, a filosofia do segundo Wittgenstein tem uma afinidade com as teorias desses autores, especialmente no que concerne à questão do pragmatismo. Wittgenstein em sua filosofia da linguagem, em sua segunda fase, funda-se no uso efetivo da linguagem em seu contexto sócio-histórico-cultural. Ele estuda a linguagem a partir de seus jogos e em sociedades particulares – jogos guiados por regras e inseridos em formas de vida. Assim, essa postura indica que sua preocupação será a de fornecer um critério para que se possa realmente usar as palavras, um critério voltado para ação (nas palavras de Pierce, James e Dewey, pragmático). Quanto à diferença do pragmatismo wittgensteiniano com o dos filósofos apresentados nesta sessão, mais uma vez, ficará para uma outra oportunidade¹³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo não visou aprofundar nas mais variadas teorias da verdade, nem mesmo analisá-las criticamente. Seu principal objetivo foi o de chamar a atenção para o tema “teorias da verdade”, para o problema intrínseco a elas, que é o da falta de unanimidade de respostas à pergunta “o que é a verdade”? Dada à proposta deste texto, muitas questões ficaram sem respostas. Não seria pertinente que perguntas como, se as teorias da verdade são concorrentes, existiria um critério de escolha de uma teoria? Quais razões poderíamos oferecer para aceitar ou recusar uma teoria de verdade? Que preço se pega pela escolha de uma teoria e não de outra? fossem discutidas aqui, pois suas respostas apareceriam em um outro trabalho em que se aprofundasse o tema “teorias da verdade”. Para o momento, cremos ter conseguido apresentar um panorama sobre o que é o problema da verdade e como esse foi pulverizado de tal forma que se torna muito difícil buscar uma unanimidade de visões,

¹³ Para uma segunda indicação, vide:

SIMÕES, Eduardo. *Essencialismo e Pragmatismo na Filosofia de L. Wittgenstein*. Disponível em: https://www.academia.edu/39285027/Essencialismo_e_Pragmatismo_na_Filosofia_de_L._Wittgenstein

ou mesmo, encontrar trabalhos profundos e consistentes sobre o assunto. Fica, portanto, a provocação ao leitor no sentido de propor à comunidade filosófica algo mais profundo e consistente.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. [1961]. *Philosophical Papers*. Oxford: Oxford University press, 1979.

DUTRA, Luiz Henrique de A. *Verdade e Investigação: o problema da verdade na teoria do conhecimento*. São Paulo: EPU, 2001.

FREGE, G. [1892]. Sobre o Sentido e a Referência. In. _____ *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978.

_____. [1895]. Funktion und Begriff e Über Begriff und Gegenstand. In. _____ *Funktion, Begriff, Bedeutung*. 4. ed. Göttingen, 1975.

HAACK, Susan. *Filosofia das Lógicas*. Tradução Cezar Augusto Mortari, Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

JAMES, W. *Meaning of Truth*. New York: New York University Press, 1909.

_____. *Pragmatism*. New York: New York University Press, 1907.

KIRKHAM, Richard L. *Teorias da verdade: Uma introdução crítica*. Tradução Alessandro Zir. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. *Iniciação ao Silêncio: Análise do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 1998: Nota 10. p. 98.

RUSSELL, B. [1912]. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

_____. [1918]. *The Philosophy of Logical Atomism. Logic and Knowledge*. Londres: Routledge, 1992.